

## Política educativa e democratização do ensino nas intervenções cívicas de Santos Simões\*

Licínio C. Lima

Em carta-aberta datada de 31 de Julho de 1979 e dirigida ao então ministro da educação e investigação científica, no momento em que a seu pedido cessava o destacamento que o havia feito interromper as suas actividades como professor efectivo da Escola Industrial e Comercial de Guimarães para leccionar na Escola do Magistério Primário da mesma cidade, onde apesar de ter sido democraticamente eleito para ocupar o cargo de director acabara preterido pelo ministério da educação (o mesmo para que o haviam sugerido como ministro do 2.º Governo Provisório, embora recusado por António de Spínola), o professor Joaquim António dos Santos Simões, licenciado em Ciências Matemáticas, Engenheiro Geógrafo, com o Curso de Ciências Pedagógicas, antigo docente do ensino particular (por ter sido compulsivamente afastado do ensino oficial em 1961, por motivos políticos), passava em revista, aos 56 anos de idade, a acção que vinha desenvolvendo em Guimarães; e entendia, nessa circunstância, não dever considerar a sua "actividade política, em sentido estrito", mas tão somente a sua acção "como professor, educador e dinamizador cultural" (Santos Simões, 1979, p. 18).

---

\* Texto-base da conferência proferida na sessão de homenagem de 23 de Outubro de 1999, promovida pelo Conselho Cultural da Universidade do Minho. Agradeço ao Dr. Henrique Barreto Nunes, Responsável pela Biblioteca Pública, a sua inestimável colaboração, tanto na identificação de bibliografia como no acesso a algumas das obras de Santos Simões.

Os termos escolhidos para caracterizar a actividade exercida desde a sua chegada a Guimarães no ano de 1957, após uma intensa intervenção cultural e associativa de que se destaca a actividade exercida na Associação Académica (de que foi Presidente) e no Teatro de Estudantes da Universidade de Coimbra <sup>1</sup>, são de facto muito significativos; ao exercício da profissão de professor, no seu caso da disciplina de matemática e com as correspondentes preocupações relativas ao seu ensino, à formação e à orientação pedagógica dos professores e até a certas matérias que considerou apaixonantes, como “o desafio da didáctica dos números decimais” (Santos Simões, 1992, p. xiii), Santos Simões associava ao seu perfil as valências do *educador* e do *dinamizador cultural*, ou seja, tomava por referência um conceito de professor como *cidadão-educador*, expressão que de resto chegará a utilizar (cf., por exemplo, Santos Simões, 1979, p. 21). Como afirma, na mesma carta, ter decidido não nomear a sua actividade política (*stricto sensu*), logo se depreende que terá porém abordado a sua actividade política *lato sensu*, isto é, aquela que necessariamente relevava da sua acção como “professor, educador e dinamizador cultural”.

E assim é, de facto, particularmente no caso da “Acção desenvolvida na área da Educação e do Ensino” (*ibid.*, pp. 9-12), onde refere os seus livros e outras intervenções escritas, os colóquios, debates e mesas-redondas (particularmente no início da década de 70 e a propósito da discussão do Projecto de Reforma Educativa), as comunicações sobre educação que apresentou em congressos organizados pela oposição ao regime político e, já após a Revolução de Abril de 1974, a sua tomada de posse como membro da Comissão Instaladora da Universidade do Minho (cf. Santos Simões, 1994) e a sua participação no I Encontro Nacional de Professores realizado em 1977 na Figueira da Foz (cf. Santos Simões, 1977).

A par da sua actividade pedagógica, como professor, e mais tarde também como orientador de estágio ou como presidente de um conselho directivo (durante a década de 80, na Escola Secundária Francisco de Holanda), Santos Simões destaca-se por uma intervenção cívica activíssima em diversos domínios, e especialmente no domínio da educação que é aquele que aqui abordarei.

Trata-se, como veremos, de uma intervenção na *res publica*, designadamente nas questões de política educativa do seu país, realizada por um professor que insiste em assumir-se como cidadão de pleno direito, jamais aceitando separar dicotomicamente educação e política, pedagogia e cidadania, democratização do ensino e democratização política e social. A vários títulos, a sua militância pedagógica (sem contudo cair na ilusão do “pedagogismo”) e a sua militância política (sem nunca ignorar a força da educação) são articuladas numa intervenção cívica e socioeducativa onde não falta a acção educativa e a prática pedagógica, o estudo aprofundado dos problemas, o recurso a dados estatísticos de caracterização, a resultados da investigação pedagógica ou ao pensamento de relevantes autores, ou ainda a importantes fontes estrangeiras e de circulação internacional<sup>2</sup>; porém não reclamando o estatuto de trabalhos de investigação científica, superando a condição de estudos meramente técnicos ou de diagnósticos pretensamente neutros, para se assumir como verdadeira acção político-educativa e cultural.

Impossível, a este propósito, deixar de estabelecer paralelo com o pensamento de Paulo Freire e de recordar as palavras deste: “Do ponto de vista crítico, é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o carácter educativo do ato político” (Freire, 1997, p. 23), ou ainda “Existe uma ‘politicidade’ na educação no mesmo sentido em que existe uma ‘educabilidade’ naquilo que é político; por outras palavras, existe uma natureza política na educação, tal como existe uma natureza pedagógica na acção política [...]” (Freire, 1994, p. 35). Isto é particularmente visível, creio eu, nas contribuições de Santos Simões, e especialmente nos seus escritos sobre política educativa e democratização do ensino.

Tal como na obra do célebre pedagogo brasileiro, *andarilho da utopia*, também encontrámos em Santos Simões, desde os seus primeiros textos sobre educação – por exemplo em *Engrenagens do Ensino*, com duas edições em 1968 e Prémio da Imprensa Cultural (Santos Simões, 1968) –, referências muito claras ao *diálogo*, “a mola propulsora da nossa actividade crítica” (*ibid.*, p. 11), à *autenticidade* e à *esperança*, à educação para o *espírito crítico* e para a formação da *consciência cívica* (*ibid.*, p. 82), à defesa de uma escola cidadã, comprometida com a “conquista da autêntica cidadania” (*ibid.*, p. 21), e de

uma *educação para a autonomia*, isto é, com uma educação democrática. Como escreveu a este propósito:

“Não é novidade para ninguém que as principais actividades duma comunidade humana dependem quase exclusivamente do grau de autonomia e desenvolvimento intelectual dos seus filhos. Este estágio só pode ser atingido através dum processo educativo e cultural e o primeiro só é verdadeiramente significativo se atingir toda a população e em termos de mais completa igualdade de oportunidades e completo aproveitamento de aptidões” (Santos Simões, 1968, p. 71).

Estava encontrado, ou pelo menos ficava claramente enunciado, o mote de toda uma vida – democratização do ensino, igualdade de oportunidades, educação para a cidadania democrática, aliando necessariamente formação intelectual e formação sociomoral, instrução e educação cívica:

“Não se deve deixar perder o que a Escola ganha para a nação, pois o enriquecimento intelectual acompanhado duma perfeita consciência cívica é a única base sólida em que qualquer sociedade se pode apoiar. O homem tem de se comportar sempre de uma forma activa, isto é, predisposto à intervenção nos assuntos da coisa pública” (Santos Simões, 1968, p. 82).

Propõe, congruentemente, a criação de uma “cidade escolar” (*ibid.*, pp. 148-155), necessariamente assente no diálogo entre professores, alunos e pais, e manifesta-se, já em 1968, adepto de uma “profunda reforma”, lembrando que “Reformar é dar nova forma” (*ibid.*, p. 28), mas sobretudo recusando concepções atomizadas de educação e representações insulares dessa escola livre, e de liberdade, que propõe, afirmando emblematicamente (*ibid.*, p. 33):

“Um ensino livre numa escola livre,  
Um ensino para todos  
numa escola para todos:  
Só numa nação de todos,  
só num país livre”.

Manifesta-se, portanto, contra o carácter discriminatório do ensino técnico (*ibid.*, p. 56-57), contra a ausência de actividades circum-escolares livres, e por isso incapazes de “dar ao aluno um lugar activo e útil na engrenagem educativa, actividade onde deixasse de se sentir autómatos, alvo fácil de uma disciplina que geralmente não sabe disciplinar porque não educa” (*ibid.*, p. 50); critica a situação de centralização geográfica das universidades (*ibid.*, p. 117), o sistema de formação de professores que então vigorava, a “psico-pedagogia de compêndio” (*ibid.*, p. 37), a inexistência de uma licenciatura em Ciências Pedagógicas (*ibid.*, p. 132) e a política baseada no recurso “ao professor barato, semiformado, utilitário, saldo de fim de estação” (*ibid.*, p. 137).

Ao contrário, propõe a criação de um Instituto Superior de Pedagogia (*ibid.*, p. 126) e defende uma “autêntica preparação pedagógica” dos professores (*ibid.*, p. 129); quanto à vida escolar, afirma-se adepto da existência de turmas mistas, como forma de fomentar o companheirismo e o respeito mútuo (*ibid.*, p. 152), da participação activa dos alunos no “governo da cidade estudantil, qualquer que seja o grau de ensino que se considere, porque o seu testemunho tem uma importância que ninguém lhe pode negar [...]” (*ibid.*, p. 60), propõe a formação de “comissões de pais” (*ibid.*, p. 151) e, em geral, a mudança do ambiente escolar, “geralmente autoritário e fechado, noutra, livre e aberto” (*ibid.*):

“Aberto à mais franca e leal cooperação entre alunos e professores. Para isso torna-se indispensável integrar os escolares nas actividades correntes da comunidade escolar, dando-lhes liberdade e exigindo-lhes responsabilidade, por forma a fazê-los sentir que o liceu ou a escola não são pertença dos reitores, directores ou professores, mas um local de estudo, formação, convivência e compreensão humana, onde se forjam os homens do futuro” (Santos Simões, 1968, p. 152).

Adepto, como António Sérgio, do *autogoverno escolar*<sup>3</sup> e da *autogestão pedagógica*, Santos Simões defende o exercício de uma pedagogia democrática cujo processo é indispensável não apenas à democratização da escola enquanto objectivo a atingir, mas também enquanto valor intrínseco, aprendizagem da democracia através da sua prática e da luta por ela, no sentido da

construção de sujeitos pedagógicos livres e autónomos, marcando a sua presença na história e fazendo ouvir a sua voz:

“Ao lutar por essa cidade escolar, que todos desejamos habitada por homens e mulheres conscientes dos seus direitos e das suas obrigações, a juventude afirma-se como parte viva e autónoma numa sociedade onde a voz dos adultos quer continuar o seu monólogo. Esta forma decidida por que os jovens acusam a sua presença é um sintoma saudável que prenuncia a época em que será finalmente instaurada a cidade escolar” (Santos Simões, 1968, p. 150).

Investindo na criação de novas regras de sociabilidade, num ambiente democrático gerador da convivialidade e da confiança indispensáveis ao trabalho educativo, à acção pedagógica, à vida e ao diálogo na instituição escolar,

“Então a Escola deixará de ser, apenas e só, o local de encontro sujeito a horário e a tema, para oferecer a professores e alunos o convívio que cimeta o companheirismo e o trabalho que estimula aptidões. Acreditamos profundamente que esta escola, estruturada numa base de convivência, solidariedade e mútua confiança entre docentes e discentes, é possível num regime escolar de jornada prolongada; mais, é absolutamente indispensável porque é a ampla plataforma em que se apoia a cidade escolar” (Santos Simões, 1968, p. 150).

Mas enquanto *cidade*, esta escola de que fala, a “Escola como espaço livre de formação de cidadãos inteiros é (deve ser) um centro de conflitos com todo e qualquer Poder” (Santos Simões, 1992, p. xviii), portanto um *locus* de produção de projectos e orientações, habitado por actores sociais em busca de novos ordenamentos, recusando um papel meramente reprodutor e, ao invés, capaz de positivamente interrogar o *establishment* e de desafiar o contexto social mais alargado, buscando constituir-se como “Escola que, em vez de charco onde a Sociedade se espelha” fosse “epicentro de sismo que inquietasse a cada instante essa mesma Sociedade” (*ibid.*, p. vi).

Porém, as virtualidades desta *cidade escolar*, bem como as suas formas de estruturação e governação democráticas, não são independentes das leis e

das formas de governo da cidade política; embora dotada de *autonomia relativa*, a escola é uma instituição fortemente dependente dos projectos políticos, dos interesses e das formas de governo socialmente dominantes. Também a este respeito Santos Simões tomará, bem cedo, posição clara e frontal, mesmo quando a tomada desse tipo de posições acarretava riscos. Mas a escola de que falava e o ensino que publicamente defendia, “um mesmo ensino para todos”<sup>4</sup> como afirmou na sua comunicação ao II Congresso Republicano de Aveiro, a 15 de Maio de 1969 (Santos Simões, 1969, p. 8), exigiam obviamente uma escola democrática e a democratização do ensino, e estas só eram possíveis com uma sociedade democrática:

“Só na república democrática o Povo pode fazer com que o governo respeite a lei. Por isso lutamos pela legalidade, contra a ilegalidade. Somos pelo governo constituído da base para o cume e contra o governo que se impõe do cume para a base” (Santos Simões, 1969, p. 8).

Observe-se que, não obstante a sua luta política e a sua defesa de um regime democrático para Portugal, os olhares que ensaia e os argumentos que utiliza não se restringem às esferas macroestruturais da democratização política, nem somente aos problemas relativos às eleições livres, ao parlamento e aos partidos políticos, ao Estado de direito e à lei democrática; é sobretudo a democratização do domínio público, das políticas sociais e culturais, da economia e do trabalho, a melhoria das condições de existência dos portugueses, a condição social da mulher e a educação das crianças e dos jovens, que encontramos referenciadas e especialmente articuladas com as suas análises e as suas propostas político-educativas.

Estas preocupações socioeducativas, de certa forma também focalizadas *da base para o cume*, estarão no cerne do seu combate cívico e de vários trabalhos que produziu, os quais representam estudos relevantes para a caracterização (e a denúncia) da situação social e educativa das crianças portuguesas, criticando “o desprezo a que é votada a criança em Portugal”, as políticas de um “Estado autoritário” numa “sociedade fechada, intolerante e estupidificadora” (Santos Simões, 1970), apontando a falta de creches e de jardins de infância, a situação materno-infantil e os atrasos ao nível da educação especial (Santos Simões, 1974a), os problemas de desnutrição

infantil e de má nutrição por carências de proteínas, a elevada mortalidade infantil (Santos Simões, 1974b). Refiro-me em especial aos seus trabalhos: *Mas o Melhor do Mundo são as Crianças (Para uma compreensão da situação materno-infantil no concelho de Guimarães)*, publicado em 1970 e logo apreendido (Santos Simões, 1970); à tese que apresentou em Aveiro, em Abril de 1973, ao III Congresso da Oposição Democrática, intitulada *A Igualdade de Oportunidades para as Crianças Exige a Igualdade Social dos Adultos* (Santos Simões, 1974a); e ainda ao texto-base que propôs ao colóquio sobre *A Alimentação e a Criança*, realizado em Setembro de 1973 pela Cooperativa de Consumo Novos Pioneiros e publicado no ano seguinte com o mesmo título (Santos Simões, 1974b).

Nestes textos se podem encontrar muitos dos argumentos, de carácter socioeducativo e pedagógico, que serviram de base à notável intervenção crítica do nosso autor em torno da discussão do projecto de reforma da educação que ficou conhecido como *Reforma de Veiga Simão*, e que foi apresentado sob o lema da “democratização do ensino”. Com efeito, os propósitos anunciados de democratização do ensino e, de certa forma, de alegada democratização política e social através da educação (como se esta, por si, pudesse mudar a sociedade), contrastavam desde logo com uma situação socioeducativa que as análises de Santos Simões colocavam, eloquentemente e dramaticamente, a descoberto. Um primeiro argumento crítico era enunciado através da frase “como pode alguém responsável falar de democratização do ensino num país onde...” (Santos Simões, 1974a, p. 11) e, de seguida, se inventariavam dados e estatísticas reveladores do profundo atraso social vivido em Portugal.

Ora o exame das realidades permitia interrogar criticamente as “boas intenções encadernadas em decretos, despachos, actas de congresso e conclusões de inquéritos” (Santos Simões, 1970, p. 9) e chamar a atenção para as urgentes transformações sociais e económicas que, pelo seu carácter e pelas suas implicações políticas, só poderiam vir a ocorrer a par de profundas mudanças políticas. Conforme escreveu a propósito da situação das crianças portuguesas:

“Sem uma imediata transformação sócio-económica, sem uma efectiva protecção à mulher que trabalha fora do lar, sem assistência preventiva

à jovem e à mulher, sem protecção materno-infantil, sem creches e sem jardins-escolas, os centros industriais (principalmente) continuarão a ser focos de degenerescência humana, autênticos sorvedoiros de vidas inocentes, elementos perturbadores no aumento da natalidade, quer pela quantidade, quer pela *qualidade* dos nascituros" (Santos Simões, 1970, p. 36).

A situação política e social vivida antes conduzia o autor a concluir pelo "fracasso do reformismo marcelista" (Santos Simões, 1974a, p. 10) e a considerar que a democratização do ensino se constituía, portanto, como uma forma de "explosão demagógica" (*ibid.*). Ao contrário, afirmava,

"A plataforma de onde parte a democratização do ensino é a igualdade de oportunidades para todas as crianças e esta igualdade de oportunidades exige a igualdade social dos adultos" (Santos Simões, 1974a, p. 11),

isto porque, como esclareceria noutros textos,

"[...] os condicionalismos sociais, económicos e culturais que afectam profundamente os adultos, actuam ainda mais violentamente sobre as crianças e, em especial, sobre as provenientes das camadas sociais mais débeis e que afinal constituem a maioria" (Santos Simões, 1974b, pp. 12-13).

Ao associar a democratização do ensino à necessária criação de infra-estruturas educativas e ao entender que, por sua vez, estas se confundiam com as necessárias infra-estruturas económicas, sociais, políticas e culturais do povo português (Santos Simões, 1974a, p. 12), denunciando, bem ao estilo das *teorias sociológicas da reprodução*, uma escola "feita à imagem e semelhança das élites dominantes" (Santos Simões, 1974b, p. 29), Santos Simões concluía categoricamente:

"A actual estrutura política, social, económica e cultural é a única responsável pelo que acontece à criança portuguesa e esta é o cartaz gritante das sujeições e sacrifícios de uma parte importante do Povo português. Que fazer? Com as actuais estruturas políticas, nada. É

impensável qualquer programa, qualquer reforma, qualquer acção consequente, isto é, não demagógica, ou seja, eficiente e útil, com as actuais estruturas” (Santos Simões, 1974a, p. 38).

E no mesmo sentido concluíam também os sectores oposicionistas, reunidos em congresso em Abril de 1973, denunciando o carácter de “slogan” da democratização do ensino então em aprovação<sup>5</sup>, chamando a atenção para as contradições entre os princípios proclamados e “os condicionalismos económico-sociais e políticos que caracterizam a actual sociedade portuguesa e que a reforma teoricamente parece ignorar” (III Congresso, 1973, pp. 88-89) e concluíam, obviamente na esteira das teses (e provavelmente mesmo pela pena) de Santos Simões:

“Considerando que a verdadeira democratização consiste na criação de uma autêntica igualdade de oportunidades para as crianças e para os jovens e que essa igualdade de oportunidades não existirá enquanto não existir igualdade social dos adultos; enquanto persistirem, por pessoa e por mês, baixíssimos rendimentos, condições habitacionais mais do que deficientes, carências nutricionais alarmantes como são actualmente as da maioria do povo português; não se pode falar de democratização do ensino quando são profundas as desigualdades económicas e sociais” (III Congresso, 1973, p. 90).

De facto, a extrema importância atribuída à educação e ao seu impacto em termos de democratização e de desenvolvimento humano, económico e social, por vezes parecendo mesmo aceitar, talvez estrategicamente, certos argumentos de legitimação do investimento na educação provenientes da *teoria do capital humano* (cf., por exemplo, Santos Simões, 1968, pp. 97-98), nunca foi, porém, no sentido de acreditar ou de aceitar, ingenuamente, que a educação pudesse isoladamente ser o motor das mudanças. No livro em que submete a análise crítica as propostas reformistas para a educação, talvez o seu trabalho mais conhecido e mais referenciado<sup>6</sup>, intitulado *Ensino. Projecto de Reforma ou Reforma do Projecto?*, publicado no Porto em 1971, logo anuncia com clareza:

“A reforma do ensino em Portugal, nos termos inadiáveis que o país

exige e atendendo aos parâmetros impostos pelo nosso atraso e por um mundo em vertiginoso processo de desenvolvimento científico e técnico, pressupõe a urgente reforma das estruturas políticas, sociais e económicas. Especificando: A democratização do ensino, meta urgente e inadiável a atingir pelo nosso país, só pode ser realizada numa sociedade democrática" (Santos Simões, 1971, p. 33).

À margem da democracia, da liberdade de reunião e de expressão, de uma sociedade livre e em paz <sup>7</sup>, o protagonismo insularizado da educação e as promessas da sua democratização exigiam outras interpretações. Santos Simões não hesitava em afirmar:

"É indispensável que se afirme claramente não ser de aceitar que a instrução possa por si só ser o motor de arranque de um país subdesenvolvido (em todos os sectores fundamentais que definem o subdesenvolvimento) e muito menos quando a esmagadora maioria da população está completamente alienada dos grandes problemas nacionais [...]" (Santos Simões, 1971, p. 38).

Apesar de reconhecer alguns aspectos positivos no anúncio da reforma, como a oficialização do ensino pré-primário, o acompanhamento da evolução psicopedagógica dos alunos no 1.º ciclo do ensino secundário, a garantia de uma formação humanística qualquer que fosse o ramo de ensino escolhido, bem como a garantia da qualidade do ensino, a sua posição, tal como veio a reconhecer mais tarde, foi "uma posição extremamente crítica" (Santos Simões, 1994, p. 75), desocultando a "fórmula tecnocrática" da reforma, orientada para uma acelerada formação de mão-de-obra especializada (Santos Simões, 1971, p. 27), "a serviço das multinacionais em exercício no nosso país" (Santos Simões, 1977, p. 196), interpretação de resto partilhada por importantes sectores políticos e intelectuais e, mais tarde, investigada por vários autores, dos quais destacaria Stephen Stoer, na sua tese de doutoramento, onde justamente se interroga: "A Reforma de Veiga Simão no Ensino: Projecto de Desenvolvimento Social ou 'Disfarce Humanista'?" (Stoer, 1986, pp. 71-117).

Tal como virá a concluir muitos anos mais tarde, criticando quer o "autocratismo salazarista" quer a "democracia-do-faz-de-conta",

“[...] o que sucessivamente tem vindo a acontecer não é a implementação de um Sistema Escolar ao serviço do país, mas a transformação da Escola numa fábrica de ‘peças’ ao serviço de um crescimento económico feito ao sabor dos interesses de grupos que nada têm a ver com o desenvolvimento do nosso país” (Santos Simões, 1992, p. xviii).

É notável a continuidade e actualidade da crítica, bem como a propriedade da metáfora fabril e produtivista, no quadro daquilo a que venho chamando o paradigma da *educação contábil*, procurando subordinar a educação a lógicas competitivas e de mercado, discriminando a educação que não conta, ou que conta menos, perante a educação e formação que contam e que mais facilmente se deixam contar, através de agentes contadores, internos e externos, e de instâncias de contadoria. A par de outras críticas ao projecto de reforma, como a da não unificação do ensino secundário, com as conseqüentes especializações precoces e o dualismo discriminatório de vias de ensino<sup>8</sup>, Santos Simões é veemente na defesa de uma educação geral e humanística, de uma educação para a cidadania democrática, acusando já (também com grande visão do futuro) a tendência para uma formação profissional de tipo tecnicista e pragmático, e de resto desconectada da política educativa global e das responsabilidades do ministério da educação, para ser entregue à responsabilidade e aos interesses de instituições e empresas. Ao contrário, defende, é ao ministério da educação que

“[...] compete zelar para que ao indivíduo não seja dada apenas uma formação tecnológica (!), despida de todo o carácter humanístico, desenraizada de autênticos valores sociais em que é indispensável integrar o trabalhador, formando (?), portanto, uma peça para uma máquina e não um cidadão-trabalhador para uma pátria” (Santos Simões, 1971, p. 76).

De igual modo critica a universidade pelo seu conservadorismo e pela sua incapacidade de se descentralizar e de se abrir aos problemas da sociedade do seu tempo, afirmando:

“E a velha universidade, antítese do próprio nome, que viu partir do seu seio quem tinha verdadeiro espírito universitário sem erguer um débil

gemido, fechando-se mais e mais no seu conservadorismo, há-de agarrar-se desesperadamente à borla, símbolo de inércia e improdutividade, salvas as honrosíssimas excepções, quer no domínio da actividade docente quer no da investigação científica. Alguns dos caminhos do progresso, em Portugal, têm de passar pelas portas da universidade, duma universidade que teima em fechar-se sobre a sua incapacidade e inoperância, mas que tem de ser aberta e descentralizada se se quer rasgar decididamente os caminhos do futuro” (Santos Simões, 1971, pp. 43-44).

Estas e muitas outras ideias, impossíveis de sintetizar aqui, foram apresentadas, pronunciadas e discutidas publicamente através de escritos, colóquios e debates, umas vezes sob apertada vigilância (em casos extremos foram mesmo proibidas), associando muitas personalidades<sup>9</sup> e, em geral, insistindo num conjunto de propostas para a reforma da educação portuguesa que, garantida a condição de democratização política, incluía (entre outras): uma efectiva protecção materno-infantil, o alargamento da escolaridade obrigatória definida através de um tronco comum, a formação de professores através de escolas do magistério pré-primário e primário de nível superior, a criação de três Institutos de Pedagogia e de diversos centros de pedagogia a eles ligados, uma formação profissional dependente do ministério da educação, ensino superior aberto a todos os portugueses e impulso à investigação científica (Santos Simões, 1971, pp. 109-111).

Bem dizia Santos Simões que os professores não podiam confinar a sua actividade à escola, alienar as suas responsabilidades cívicas, mas antes deviam assumir-se como *cidadãos vivos* e profissionais críticos, mesmo por que, lembrando de novo Paulo Freire (1996, p. 126), “se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode”. Como afirmou com clareza e humor Santos Simões,

“[...] impõe-se que o professor tome, antes de mais nada, consciência (mas efectiva) das realidades políticas, sociais, económicas e culturais, sem o que a sua acção tende a estiolar-se na discussão alienatória das questões futebolísticas (os homens) ou no aburguesado *tricot* da crítica às empregadas domésticas (as mulheres), entregando-se à

rotina do escorrer das aulas alimentando e radicando a mecanização profissional que os programas escolares sugerem e estimulam. Somente com professores que sejam, acima de tudo, cidadãos vivos, se torna possível processar-se a reforma das mentalidades a partir da Escola e a reforma da Escola a partir da reforma das mentalidades" (Santos Simões, 1971, p. 64)<sup>10</sup>.

Em matéria de política educativa, estudando os seus trabalhos e observando o contexto das suas intervenções, ponderando o seu estilo frontal e por vezes polémico, é fácil tomarmos posição, a favor ou contra; e até mesmo perante situações de generalizada empatia e concordância, também não é difícil identificar discordâncias importantes. Difícil é não apreciar o seu testemunho, o seu combate cívico, a sua acção educativo-política, e quase impossível, sobretudo para quem estuda as acções a favor da construção de uma escola democrática numa sociedade mais democrática, é imaginar a ausência de vozes como a do *cidadão-educador* Joaquim António dos Santos Simões.

## Notas

<sup>1</sup> A propósito desta e de outras actividades exercidas por Santos Simões veja-se o conjunto de referências e de comentários reunidos aquando da homenagem que lhe foi prestada em Guimarães, em Maio de 1989, com textos de Lino Lima, Fernando Roriz, José Craveiro, Salgado Lobo, Carlos Poças Falcão, e a participação de várias instituições vimaranenses (cf. AAVV, 1989).

<sup>2</sup> Meramente a título de exemplo refira-se que nas suas obras encontramos referências frequentes a trabalhos de autores portugueses, como António José Saraiva, António Sérgio, Delfim Santos, Irene Lisboa, Rogério Fernandes, Rui Grácio ou Salvado Sampaio, entre outros, e também a fontes de circulação internacional (por exemplo documentos da OCDE e da UNESCO, referências ao Plano Langevin-Wallon e ao Projecto Regional do Mediterrâneo) ou a autores como Edgar Faure e Benjamin Bloom.

<sup>3</sup> Como afirma Sérgio (1984, p. 41) na sua *Educação Cívica* (publicada em 1915): "o hábito escolar de obedecer a uma governação de que o estudante não participa amolda um futuro cidadão que aguentará apaticamente todas as bandalheiras, todos os abusos, todas as traficâncias [...]".

<sup>4</sup> Como afirma nesta comunicação ao Congresso de Aveiro, intitulada "A Democratização do Ensino em Portugal e o Ensino Particular" (Santos Simões, 1969), "Seja qual for o ensino de base que se estabeleça no nosso país, é absolutamente justo que ele seja o mesmo para todos os portugueses, quer vivam em Lisboa, quer estejam isolados numa aldeia em Terras de Bouro" (p. 7) e, mais adiante, "Quando defendemos um mesmo ensino para todos e quando desejamos ver alargado esse ensino até ao limite da capacidade intelectual do educando, temos em mente que o ensino é a força que mais rápida e decisivamente faz desabrochar as aptidões do homem" (p. 8).

<sup>5</sup> Recorde-se que a Lei n.º 5/73 foi aprovada em 25 de Julho pela Assembleia Nacional.

<sup>6</sup> Observe-se que tanto este como outros trabalhos de Santos Simões, especialmente os que abordam criticamente a *Reforma de Veiga Simão*, foram e continuam a ser referenciados por conhecidos autores portugueses e em teses e investigações académicas; cf., a título de exemplo, Rogério Fernandes (1973), Maria Filomena Mónica (1981), António Teodoro (1982), Stephen Stoer (1986), Licínio Lima (1988, 1992), João Avelãs Nunes (1995), Rui Grácio (1996), Carlos Estêvão (1998).

<sup>7</sup> Conforme escreveu (Santos Simões, 1971, pp. 38-39), "Só com liberdade (e neste aspecto é o próprio ministro que lhe reconhece as vantagens, já que pede opiniões *sem receio nem constrangimento*), acompanhada de uma profunda reforma das condições sociais em que se debate o nosso povo (a previdência e a saúde têm de ser efectivamente actuaentes), da alteração do *stato quo* económico (sem recorrer e muito menos estimular o letal veneno da emigração) e com uma saudável acção dos sindicatos (possibilitando a intervenção da classe trabalhadora na definição dos seus direitos e na consciencialização dos seus deveres), enfim, reconhecendo maioria política ao país, só com esta base será possível acordar e interessar a Nação na discussão de problemas que a todos importa conhecer e debater".

<sup>8</sup> Como escreveu a este propósito (Santos Simões, 1971, p. 56): "Não há que ter pressa na determinação das aptidões e é desejável (inevitável sob todos os aspectos) uma cada vez maior extensão da escolaridade obrigatória, já que ao melhor apetrechamento escolar de base corresponde sempre uma melhor formação humanística e uma mais apurada capacidade de aquisição de conhecimentos profissionais específicos ou diversificados".

<sup>9</sup> Entre outras, encontrámos referências a Agostinho Manuel da Silva, António Álvaro Dória, Humberto Soeiro, José Salvado Sampaio, Orlando de Carvalho, Raúl Gomes, Rui Grácio, Victor de Sá.

<sup>10</sup> Noutro texto, referindo-se aos necessários atributos do professor, escreveu: "o professor tem de se afirmar essencialmente pelo seu exemplo, pela sua verticalidade, pelo seu desassombro, pela sua inteireza de carácter; o professor tem de ser camarada mais velho, que não desdenhe da companhia dos seus alunos, trocando com eles toda a sorte de impressões acerca dos mais diversos problemas da vida quotidiana; o professor tem de ser um lutador infatigável, que *obrigue* o aluno, pela persistência dos conselhos, ou pela exigência intransigente do cumprimento dos deveres escolares, a interessar-se e a vencer a sua *batalha*; o professor é, ao fim e ao cabo, o amigo em quem o aluno confia – tem de confiar – pois sem confiança, aliada à amizade, não pode haver compreensão, e nesta se baseia todo o espírito de comunidade que preside ao trabalho de professores e alunos" (Santos Simões, 1992, p. 2).

## Bibliografia

- AAVV (1989). *Santos Simões. Homenagem*. Guimarães: Edição da Comissão Organizadora da Homenagem a Santos Simões.
- ESTÊVÃO, Carlos Alberto Vilar (1998). *Redescobrir a Escola Privada Portuguesa como Organização*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- FERNANDES, Rogério (1973). *Situação da Educação em Portugal*. Lisboa: Moraes Editores.
- FREIRE, Paulo (1994), in M. Escobar, A. L. Fernández, G. Guevara-Niebla with P. Freire. *Paulo Freire on Higher Education. A Dialogue at the National University of Mexico*. Albany: Suny Press.
- FREIRE, Paulo (1996). *Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo (1997). *A Importância do Ato de Ler, em Três Artigos que se Completam*. São Paulo: Cortez Editora (1.ª ed. 1982).
- GRÁCIO, Rui (1996). *Obra Completa, Vol. III. Educadores, Formação de Professores, Movimentação Estudantil e Docente*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LIMA, Licínio C. (1988). *Gestão das Escolas Secundárias. A Participação dos Alunos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- LIMA, Licínio C. (1992). *A Escola como Organização e a Participação na Organização Escolar*. Braga: Instituto de Educação da Universidade do Minho.
- MÓNICA, Maria Filomena (1981). *Escola e Classes Sociais (Antologia)*. Lisboa: Editorial Presença/GIS.
- NUNES, João Paulo Avelãs (1995). *A História Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1911-1974*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- SANTOS SIMÕES, J. (1968). *Engrenagens do Ensino*. Nova Realidade.

- SANTOS SIMÕES, J. (1969). *Duas Intervenções sobre Ensino*. Guimarães.
- SANTOS SIMÕES, J. (1970). *Mas o Melhor do Mundo são as Crianças (Para uma compreensão da situação materno-infantil no Concelho de Guimarães)*. Guimarães.
- SANTOS SIMÕES, J. (1971). *Ensino. Projecto de Reforma ou Reforma do Projecto?*. Porto: Razão Actual.
- SANTOS SIMÕES, J. (1974a). *A Igualdade de Oportunidades para as Crianças Exige a Igualdade Social dos Adultos* (Tese apresentada no III Congresso da Oposição Democrática, Aveiro, Abril de 1973).
- SANTOS SIMÕES, J. (1974b). *A Alimentação e a Criança*. Braga: Cooperativa Novos Pioneiros.
- SANTOS SIMÕES, J. (1977). "A Profissão Docente", in *I Encontro Nacional de Professores (Teses e Comunicações)*. Figueira da Foz, pp. 194-198.
- SANTOS SIMÕES, J. (1979). *Mas tu, exílio, persistes (Carta-aberta ao Ministro da Educação e Investigação Científica)*. Guimarães.
- SANTOS SIMÕES, J. (1992). *Adeus a Ítaca* (Antologia de textos sobre educação). Guimarães: Ed. do Autor.
- SANTOS SIMÕES, J. (1994). "Desafio Irrecusável", in V. Aguiar e Silva (Coord.). *20 Anos de História da Universidade do Minho. Depoimentos e Testemunhos*. Braga: Universidade do Minho, pp. 75-98.
- SÉRGIO, António (1984). *Educação Cívica*. Lisboa: Ministério da Educação (1.ª ed. 1915).
- STOER, Stephen R. (1986). *Educação e Mudança Social em Portugal. 1970-1980 uma Década de Transição*. Porto: Afrontamento.
- TEODORO, António (1982). *O Sistema Educativo Português. Situação e Perspectivas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- III Congresso da Oposição Democrática de Aveiro (1973). *Conclusões*. Seara Nova.